

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

SUZANA EMIKO OKADA

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

MARINGÁ

2014

SUZANA EMIKO OKADA

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao  
Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de  
Maringá, como requisito parcial obtenção do grau de  
licenciado em pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Solange Franci Raimundo  
Yaegashi

MARINGÁ

2014

**SUZANA EMIKO OKADA**

**A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do Título de Pedagoga, sob a orientação da Professora Doutora Solange Franci Raimundo Yaegashi.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Solange Franci Raimundo Yaegashi  
(Universidade Estadual de Maringá)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Simone de Souza  
(Universidade Estadual de Maringá)

---

Prof<sup>ª</sup> Ma. Eloiza Elena da Silva  
(Universidade Estadual de Maringá)

## A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Suzana Emiko Okada<sup>1</sup>  
Solange Franci Raimundo Yaegashi<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente estudo foi investigar a importância da relação família-escola para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Verificou-se, por meio da literatura consultada, que uma dinâmica familiar funcional contribui para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos filhos. Por isso, a família, enquanto primeira instituição de socialização da criança, tem a responsabilidade de prepará-la para a vida em sociedade. Em contrapartida, a escola, instituição formal de ensino, é responsável por uma parte desse processo, pois tem o papel de transmitir aos seus alunos um conhecimento sistematizado historicamente construído. Chegou-se à conclusão que ambas as instituições, família e escola, desempenham papéis fundamentais e decisivos para a aprendizagem das crianças e adolescentes, podendo ser compreendidas enquanto partes complementares de um mesmo processo. Por isso, é necessário que estabeleçam uma relação de parceria visando contribuir para o sucesso escolar dos filhos / alunos.

**Palavras-chave:** relação família-escola, desenvolvimento, aprendizagem, crianças, adolescentes.

**Abstract:** The aim of this study was to investigate the importance of the family-school relation in learning and development of children and adolescents. It was verified, through the literature consulted, that functional family dynamics contribute to the learning and development process of children. Therefore, the family, being the first institution of socialization of the children, has the responsibility to prepare them for life in society. On the other hand, the school, formal teaching institution, is responsible for a part in this process, because it has the role of passing to their students systematic knowledge historically constructed. The conclusion was that both institutions, family and school, play fundamental and decisive roles for the learning of children and adolescents, it is possible to understand them as complementary parts in the same process. Thus, it is necessary to establish a partnership in order to contribute to the success of children/students in school.

**Key words:** family-school relation, development, learning, children, teenager.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá (orientadora)

## Introdução

Há muito tempo a humanidade tem se organizado para viver harmonicamente em comunidade sendo, de acordo com Louzada, “psicologicamente difícil ao ser humano a vida segregada, sem compartilhamentos, sem trocas”. Assim, a partir dessa necessidade do ser humano, surgiram as famílias, “muito antes do Direito, dos códigos, da ingerência do Estado e da Igreja”. (LOUZADA, 2011, p.11)

Desde seu nascimento, a criança se vê inserida em um grupo que será responsável por iniciar seu processo de socialização que, como nos apresenta Gomes (1993), pode ser subdividido em dois momentos, sendo o primeiro denominado de Educação Informal, desenvolvido no ambiente familiar, por seus integrantes, e o segundo seria a Educação Formal, no qual a criança é inserida em instituições escolares e outras que desenvolvam uma modalidade de educação sistemática.

No entanto, apesar da notável importância tanto da escola quanto da família para a formação do indivíduo, inúmeros autores apontam a dificuldade de diálogo existente entre ambas as instituições, bem como o desrespeito e a desvalorização mútua entre elas, que culpam, uma à outra, pelas dificuldades ou fracasso escolar das crianças (MANTOVANINI, 2001; SZYMANSKI, 2010; CAETANO; YAEGASHI, 2014).

Considerando o importante papel da família na formação das crianças, faz-se necessário observarmos algumas de suas principais características, como a realidade na qual a mesma encontra-se inserida, tendo em vista que os costumes, conhecimentos e habilidades transmitidos às crianças variam de acordo com cada cultura ou até mesmo entre os diferentes segmentos da sociedade.

De acordo com Szymanski (2004), a família representa um contexto de desenvolvimento muito complexo, envolvendo condições internas e externas a ela que interferem e causam efeitos no tipo de desenvolvimento que promovem. Desse modo, as transformações que vem ocorrendo na sociedade com o passar do tempo provocam também grandes alterações na educação e na formação social proporcionada às crianças dentro do ambiente familiar.

No que se refere a participação da escola no processo de formação do indivíduo enquanto ser social, desde o início do século XX, além de suas funções básicas, como promover uma educação formal, fornecendo aos alunos as condições necessárias para o ensino e aprendizagem de conteúdos científicos, a escola começa a dedicar-se também ao aluno, percebendo-o, conforme Nogueira (1998), como um elemento ativo inserido no

processo de aquisição do conhecimento.

Assim, a escola passa a preocupar-se com o desenvolvimento emocional de seus alunos, e não somente com a transmissão do conhecimento. Por isso, atualmente tornou-se comum encontrarmos educadores que, além de repensar sua prática pedagógica em sala, também buscam informações acerca da vida familiar de seus alunos, bem como da realidade na qual estão inseridos, de modo a melhor compreendê-los.

Portanto, o presente estudo justifica-se pela necessidade de compreendermos a relação família e escola e a participação de ambas no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica, envolvendo trabalhos e pesquisas elaboradas por estudiosos de diversas áreas sobre a temática em questão.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi investigar a importância da relação família-escola para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Para tanto, esse artigo foi organizado em três partes. Na primeira realizou-se uma retrospectiva histórica da família, de modo a compreender o processo evolutivo pelo qual ela passou ao longo dos anos, bem como verificar se as transformações na dinâmica familiar alteraram o comportamento e a maneira de os membros de uma família se relacionarem. Na segunda, abordou-se as relações entre dinâmica familiar e desempenho escolar. Na terceira, por sua vez, discutiu-se a importância de um bom relacionamento entre a família e a escola para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e adolescentes, considerando que, como afirmam Dessen e Polonia (2007), ambas as instituições são fundamentais para o processo evolutivo das pessoas, devendo assim, unir esforços para que esse processo seja bem sucedido.

## **1 A história da família enquanto contexto de desenvolvimento**

Ao longo dos anos a família, enquanto instituição social, passou por inúmeras transformações, tanto em sua estrutura e organização, quanto em suas funções.

De acordo com Simionato e Oliveira (2003), o conceito de família depende do contexto social, político e familiar no qual encontra-se inserido, ou seja, deve-se considerar suas especificidades e compreendê-la historicamente, tendo em vista o modo como ela se transforma com a evolução cultural, com a mudança de valores, costumes e comportamentos da sociedade.

Assim, Engels (1984), em sua obra intitulada “A origem da família, da propriedade

privada e do Estado”, nos apresenta os quatro tipos de famílias que se formaram no decorrer da história e suas principais características.

De acordo com o autor, na época primitiva, as mulheres pertenciam igualmente a todos os homens e vice versa. Com o passar do tempo surgiram as famílias consanguíneas, nas quais os grupos conjugais eram classificados por gerações. Nessas famílias, todos os avôs e avós, nos limites das famílias, eram cônjuges uns dos outros, bem como seus descendentes, os pais e mães, mantinham relações conjugais entre si, os filhos destes formavam o quarto ciclo de cônjuges comuns e assim sucessivamente.

Em seguida surgiu a família punaluana, que proibia o relacionamento conjugal entre irmãos “uterino”, ou seja, filhos da mesma mãe, vindo também a proibir, posteriormente, o relacionamento entre irmãos “colaterais”, que seriam os atualmente tidos como primos. Assim, cada família teve que cindir-se. Até o dado momento, em todas as formas de famílias grupais, não era possível saber com exatidão quem era o pai, apenas quem era a mãe.

A terceira família descrita por Engels foi a sindiásmica. Seguindo os modelos até então existentes de família, surge o costume da união conjugal por pares. Desse modo “com esta crescente complicação das proibições de casamento, tornaram-se cada vez mais impossíveis as uniões por grupos, que foram substituídas pela família sindiásmica” (ENGELS, 1984, p.49).

Nessa forma de organização familiar e nesse período histórico, o homem passa a preocupar-se com questões econômicas, tornando rara a até então comum poligamia. Da mulher passa a ser exigida a fidelidade, podendo ser cruelmente castigada em caso de adultério e o vínculo conjugal torna-se facilmente dissolúvel em caso de insatisfação de qualquer uma das partes, pertencendo à mãe o direito de ficar com os filhos após a separação.

A quarta e última família apresentada é a monogâmica, baseada no domínio do homem. Neste formato de família à mulher cabe gerar filhos, cuja paternidade seja indiscutível, ou seja, herdeiros diretos para seu esposo.

A característica que mais distingue a família monogâmica da sindiásmica é a solidez dos laços conjugais que, a partir de agora só pode ser rompido pela vontade do homem. Além disso, a família monogâmica é a primeira forma de organização familiar baseada em questões econômicas e não naturais.

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem (ENGELS, 1984, p.82).

Desse modo, o autor conclui que as três formas de matrimônio apresentadas correspondem aos três estágios fundamentais da evolução humana, correspondendo ao estado selvagem o matrimônio por grupos, à barbárie o matrimônio sindiásmico e, por fim, à civilização a monogamia.

Atualmente, segundo Moraes, Pereira e Schimanski (2012), coexistem diversos tipos de arranjos familiares. No entanto, há ainda aqueles que apresentam a família nuclear (formada por pai, mãe e filhos) como a ideal, caracterizando todas as demais como desestruturadas ou desorganizadas.

Essas novas formas de organização familiar presentes na atualidade se devem aos diversos elementos culturais, políticos, econômicos e sociais, como a entrada da mulher no mercado de trabalho no século XIX e o questionamento da sociedade em relação ao fim básico do casamento que, de acordo com o disseminado pela igreja, seria a procriação, e a ideia da união pela afetividade, voltada ao prazer e ao desejo de uma vida conjunta (MORAES; PEREIRA; SCHIMANSKI, 2012).

De acordo com Simionato e Oliveira (2003), com o passar do tempo e principalmente no final da década de 1960, a igreja já não conseguia manter casamentos com relações insatisfatórias e o número de divórcios cresceu consideravelmente.

Como consequência de todas essas mudanças é que as autoras justificam o surgimento das inúmeras organizações familiares da atualidade, como a união de parceiros com filhos de casamentos anteriores, famílias formadas por homossexuais, as cada vez mais frequentes “produções independentes”, além das famílias formadas por mães solteiras ou pais solteiros que criam seus filhos sozinhos.

Em seu texto intitulado “Evolução do conceito de família”, Louzada (2011) apresenta a evolução legislativa em relação ao conceito de família no Direito Brasileiro. De acordo com a autora, até 1891, a união para constituição familiar se dava somente através do casamento religioso. Foi somente a partir de então que surgiu o casamento civil, sendo a Constituição de 1934 a primeira a apresentar questões referentes à família, como a indissolubilidade do casamento, exceto em casos de anulação ou desquite.

Outras mudanças legislativas significativas relatadas por Louzada (2011) ocorreram na Constituição de 1937, que trouxe igualdade entre os filhos legítimos. Na Constituição de 1967 foi mantida a ideia de que só seria considerada família aquela resultante do casamento civil, e, em 1977, foi implementada a Lei do Divórcio, modificando a emenda constitucional de 1969 que mantinha a indissolubilidade do casamento.

Por fim, a Constituição Federal de 1988 “admitiu a existência de outras espécies de



família, notadamente quando reconheceu a união estável e o núcleo formado por qualquer dos pais e seus descendentes, como entidade familiar” (LOUZADA, 2011, p.16).

Assim, de acordo com a autora, foi reconhecida a existência de diferentes arranjos familiares, além dos de origem matrimonial, e hoje o responsável pela união e constituição familiar é o afeto, tornando possível, por exemplo, formalizar a união de duas pessoas do mesmo sexo por meio de um contrato de união estável.

Independentemente de como a família foi constituída e dos integrantes que a compõe, não podemos desconsiderar sua importância a formação das crianças que convivem e dependem de seus pais ou responsáveis para seu desenvolvimento.

De acordo com Simionato e Oliveira (2003, p.63),

[...] na estrutura familiar, as crianças são os membros mais vulneráveis às situações de conflitos no grupo e, neste sentido, estão mais expostas que os demais, justamente por não ter autonomia e capacidade plena de defesa e resolução.

Deste modo, considerando todas as mudanças pelas quais a família passou, bem como sua importância enquanto entidade formadora de indivíduos, faz-se necessário dispensar atenção especial à forma que se dá o desenvolvimento das crianças nesse ambiente, principalmente em relação à sua aprendizagem e desempenho escolar.

## **1.1 O desenvolvimento infantil no contexto familiar**

A família tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a História, a Sociologia e a Antropologia, que contribuíram, cada uma voltando seu olhar para sua área de interesse, para que compreendêssemos melhor a formação dessa instituição tão fundamental para nossa vida em sociedade.

Como objeto de estudo de tantas áreas distintas, a importância que essa instituição tem para a sociedade é indiscutível. Assim, entre suas diversas funções, está a de socializar suas crianças, lhes oferecendo, além de condições de desenvolvimento físico e psicológico satisfatório, instrução e educação, de modo que elas tenham condições de ingressarem na sociedade, conscientes de seus papéis enquanto cidadãs (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

Biasoli-Alves (1997) ressalta a responsabilidade da família com a formação inicial de seus novos membros, sendo dever dessa instituição, entre tantos outros, prepará-los para participarem da vida em sociedade.

Ao assumir a socialização ela [a família] levará a criança, como sujeito de aprendizagem social, a interiorizar um mundo mediado, filtrado pela sua forma de se colocar frente a ele; assim, os padrões, valores e normas de conduta do grupo social em que ela está inserida serão transmitidos de modo singular à geração mais nova, que por sua vez irá assimilá-los segundo suas idiossincrasias (BIASOLI-ALVES, 1997, p. 33).

Desse modo, ao assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma criança, a família inicia um processo de transformação, de socialização desse novo membro, que irá internalizar as normas culturais e os padrões de conduta básicos para seu desenvolvimento posterior.

Entretanto, de acordo com Dessen (1997), o desenvolvimento no ambiente familiar não é promovido apenas pelo adulto, pois “cada membro do sistema influencia e é influenciado por todos os outros” (p. 52). Ou seja, as crianças que se desenvolvem, também proporcionam aos adultos condições de desenvolvimento, estando as duas gerações em um processo constante de aprendizagem mútua. Assim, não teria como, ao longo de todo o século XX, os conceitos de criança, de adulto e de infância terem permanecidos os mesmos (BIASOLI-ALVES, 1997).

Caldana (1998) observa o fato de que, com o passar do tempo, as crianças passaram a ocupar papel de destaque dentro do ambiente familiar e, atualmente, encontra-se em uma “posição privilegiada perante o adulto, preocupado em fazê-la feliz, em respeitar sua individualidade, em diminuir a distância entre ambos” (p. 90).

Dessa forma, hoje em dia, muitos pais já conscientes de sua responsabilidade e de seu papel enquanto primeiros educadores, preocupam-se em estimular seus filhos, desde bebês, oferecendo brinquedos e realizando atividades de lazer que propiciem o desenvolvimento saudável dessas crianças.

No entanto, nem todos os ambientes familiares e nem todos os pais estão preparados para oferecer esse tipo de suporte às suas crianças, havendo inúmeros fatores a serem considerados, como as condições econômicas das famílias, bem como a formação e o acesso ao conhecimento por parte dos pais.

Segundo Sapienza e Pedromônico (2005), um ambiente familiar estimulador, que tenha organização e rotina, bem como uma boa condição financeira, podem vir a contribuir positivamente com o desenvolvimento cognitivo da criança. No entanto, as autoras nos apresentam algumas adversidades que podem aumentar a probabilidade da criança ter seu desenvolvimento comprometido, tais como a prematuridade, a desnutrição, a pobreza e a dificuldade de acesso à saúde e à educação. De acordo com as autoras, é importante prever

esses fatores de risco o quanto antes, de modo que se possa intervir quando necessário.

Além dos fatores já mencionados, Szymanski (2004) ressalta que deve-se considerar também o modo como as concepções de infância podem variar de uma cultura para outra, e até mesmo dentro de uma mesma sociedade ou grupo social, refletindo nas oportunidades propiciadas ao desenvolvimento da criança. Segundo a autora, as famílias que oferecem aos seus filhos atividades organizadas, até mesmo como as brincadeiras, estão contribuindo positivamente para o processo de desenvolvimento deles. Por outro lado, quando isso não acontece, as crianças são privadas de seu direito de crescerem de forma saudável.

## **2 A dinâmica familiar e o desempenho escolar**

A partir do momento em que percebe-se que o desenvolvimento e a aprendizagem da criança se inicia antes mesmo de sua inserção em uma instituição escolar e, considerando a importância da família nesse processo anterior ao da escolarização, é que se faz necessário compreender o quanto a dinâmica familiar pode interferir no desenvolvimento cognitivo da criança.

Segundo Alves et al (2013), o modo como a família pode vir a influenciar o desempenho escolar dos filhos vem sendo estudado pela Sociologia da Educação desde o período pós Segunda Guerra Mundial. Nestas pesquisas são enfocados aspectos que envolvem as condições econômicas, o número de membros, a escolaridade dos pais, entre outras características da família, como fatores que possibilitarão às crianças diferentes oportunidades de desenvolvimento.

Partindo da compreensão de que a família é o primeiro ambiente de socialização da criança, faz-se necessário compreendê-la também, “como um sistema constituído por um grupo de pessoas com ou sem laços consanguíneos que compartilham sentimentos, valores, afetividade, solidariedade e reciprocidade”. (BRITO; SOARES, 2014, p. 244)

Desse modo, partindo da percepção de que a família é uma construção sócio-histórica que, com o passar do tempo e das constantes transformações sociais ocorridas, também se modificou, torna-se compreensível os novos arranjos familiares presentes na atualidade. Porém, Brito e Soares (2014) ressaltam que, apesar de apresentarem novas configurações, as famílias não perderam sua essência.

Andrade et al (2005) também destacam o importante papel da família enquanto mediadora entre a criança e a sociedade, assegurando ainda que, independentemente de sua estrutura, a família sempre desempenhará sua função de socializar a criança.

Nessa perspectiva, compreende-se que, mesmo tendo se modificado no decorrer do tempo, a família continua sendo responsável pelo processo de humanização de seus novos membros, permanecendo como unidade básica de desenvolvimento da criança, contribuindo tanto para que ele ocorra de modo saudável quanto patológico (ORSI, 2003).

No entanto, essas novas configurações familiares têm sido comumente vistas como desorganizadas ou desestruturadas, havendo ainda aqueles que acreditam que elas sejam o motivo do aumento considerável das psicopatologias, como o mau desempenho escolar tão evidenciado atualmente.

De acordo com Orsi (2003, p. 69), essa dificuldade de parte da sociedade em aceitar esses novos arranjos familiares é consequência do “sistema capitalista e da ciência que, com seus saberes, define o tipo ideal de pai, de mãe, de filhos, de alunos, e de escola que a sociedade de consumo necessita”. Assim, o comportamento e conduta dos homens tornam-se padronizados, prejudicando a autonomia da família na educação de seus filhos e excluindo aqueles que não se enquadram em suas predeterminações.

É evidente o modo como a sociedade é pressionada a seguir o modelo de família nuclear, formada pelo casal e seus filhos, sofrendo preconceitos aqueles que fogem à norma estabelecida:

Muitos teimam em permanecer cegos diante da evidência de que a mera manutenção de um modelo de família não garante a criação de um ambiente adequado de desenvolvimento para seus membros, e que muitos problemas com crianças e adolescentes estão ocorrendo naquelas famílias que apresentam o desenho do modelo tradicional (SZYMANSKI, 2004, p.7).

Assim, para compreender de que forma a dinâmica familiar pode contribuir, positiva ou negativamente, há diversos outros aspectos a serem considerados, além de como ela é formada e quais as origens dos membros que a integram.

Segundo Szymanski (2004), é necessário definir o que caracteriza uma família como funcional, quais aspectos a torna capaz de oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento adequado de seus membros, bem como quais fatores ou situações podem ser desfavoráveis à formação da criança (dinâmica familiar disfuncional) e, para isso, a autora considera os valores dos pais e os aspectos cognitivos do ambiente familiar.

Os valores dos pais referem-se a moral, a honestidade, aos princípios éticos do indivíduo, transmitidos dos pais para os filhos. Já os aspectos cognitivos estão relacionados às condições de desenvolvimento cognitivo proporcionado à criança no ambiente familiar.

Desse modo, “a família deve estar preparada para dar as condições necessárias aos

seus filhos para que possam cumprir as expectativas das escolas” (SZYMANSKI, 2004, p. 13). No entanto, essa não é a realidade de todas as crianças.

A autora ressalta ainda que os profissionais da educação que acompanham o desenvolvimento das crianças devem ter a consciência de que, muitas delas, pertencentes a ambientes familiares pouco favoráveis ao seu desenvolvimento cognitivo, têm a capacidade de aprender e o fazem. Porém, quando comparadas às crianças pertencentes às famílias que se dedicam e promovem condições de desenvolvimento e aprendizagem no âmbito familiar, são classificadas como atrasadas, lentas e até mesmo como incapazes.

Dentre os fatores apontados como prejudiciais ao desenvolvimento infantil a autora cita os seguintes:

[...] pobreza, níveis baixos de educação materna, pouca interação verbal entre pais e filhos, baixa expectativa de escolaridade por parte dos pais, dificuldades afetivas nas relações entre eles e os filhos, estratégias de controle e disciplina deficientes, de condições de vida estressantes no cotidiano que, além de dificultarem a ação educativa dos pais, podem dificultar a vida acadêmica das crianças e adolescentes (SZYMANSKI, 2004, p.14).

Considerado um dos fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo infantil no ambiente familiar, a escolaridade materna é um dos pontos destacados por Andrade et al (2005), os quais afirmam que o nível de instrução materna interfere no desenvolvimento cognitivo da criança através da organização do ambiente, das posturas e atitudes tomadas, pelas práticas e pela utilização de recursos materiais que estimulem o aprendizado da criança.

Outro fator que pode vir a comprometer a formação das crianças são os conflitos conjugais que prejudicam, principalmente, o desenvolvimento psicológico delas. De acordo com Benetti (2006), à esses conflitos presentes no contexto familiar estão associados distúrbios emocionais, cognitivos e sociais tanto na criança como no adolescente.

Desse modo, a autora alerta para o fato de que crianças expostas a esse tipo de situação podem vir a desenvolver sintomas de ansiedade, agressividade, distúrbio de conduta e depressão, tendo efeito ainda mais prejudicial quando essa situação ocorre de forma agressiva, levando a criança, que ainda está em processo de formação, a acreditar que a violência ou agressividade podem ser meios de solucionar seus conflitos.

A forma como os conflitos conjugais irão afetar o desenvolvimento dos filhos irá depender da faixa etária da criança e de como ele ocorre, ou seja, de modo agressivo ou não. Porém, entre todos os fatores dentro do contexto familiar que são prejudiciais ao

desenvolvimento infantil, o conflito conjugal associado à violência doméstica pode ser considerado aquele que traz as consequências mais graves ao desenvolvimento psicológico da criança. (BENETTI, 2006)

Logo, é necessário que o ambiente familiar proporcione as condições necessárias para que o processo de desenvolvimento e aprendizagem ocorra de maneira adequada, considerando que, de acordo com Brito e Soares (2014), o desenvolvimento psíquico dos filhos, bem como a evolução de funções como a atenção, a memória, o pensamento, o juízo, a percepção, a linguagem, a motricidade e a afetividade dependem da relação familiar estabelecida.

Segundo as autoras, as relações familiares interferem também no desempenho escolar das crianças, tendo em vista o importante papel da família enquanto primeira instituição socializadora, responsável por transmitir aos seus filhos princípios morais, preparando-o para a vida em sociedade.

De acordo com Orsi (2003), as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas crianças podem estar relacionadas a diversos motivos. Porém, geralmente a causa do problema pode ser identificada no meio familiar, escolar ou social da criança. Desse modo, faz-se imprescindível ter um olhar atento à criança, observando o meio em que está inserida e suas relações com o outro.

Tendo em vista a importância de se observar o modo como se dão as relações humanas e sua influência no desenvolvimento da criança, é importante ressaltar, conforme Wagner et al (2005), que dentro do ambiente familiar há uma divisão dos papéis e funções desempenhadas pelos pais, que podem respaldar a forma como a criança se relaciona com seus progenitores.

Segundo Wagner et al (2005), pesquisas apontam não apenas que as mães tendem a participar mais da vida escolar dos filhos, acompanhando as tarefas da escola, como também tem desempenhado muito mais atividades na dinâmica familiar que os pais.

Apesar de o número de pais participativos ter aumentado no decorrer do tempo, havendo famílias em que os pais assumem a responsabilidade pela educação dos filhos, de acordo com as autoras é comum a sociedade perceber essa participação como uma ajuda, depositando a responsabilidade pela educação dos filhos às mães.

Além disso, pesquisas indicam que, quando se tratam de famílias recasadas, a participação do pai na educação dos filhos é ainda menor, principalmente se eles não residem juntos (WAGNER et al, 2005).

Considerando que a forma de organização familiar e o modo como a criança se

relaciona com os demais integrantes dessa instituição interfere no seu rendimento escolar e desenvolvimento no geral, é necessário compreender de que forma isso ocorre e se há algum tipo de ambiente familiar menos propício ao desenvolvimento da criança.

Para isso, Dessen e Szelbracikowski (2004) realizaram uma pesquisa com crianças de, em média, 5 anos de idade, que frequentavam instituições públicas de ensino e foram indicadas por professoras dessas instituições por apresentarem problemas de comportamento exteriorizado.

As crianças foram divididas em três grupos, sendo o primeiro formado por crianças que moravam com os pais biológicos, o segundo por crianças que residiam com a mãe biológica e o padrasto, e o terceiro por aquelas que moravam com apenas um deles, ou com o pai ou com a mãe.

Depois de realizadas entrevistas para compreender como se dava a dinâmica familiar em cada uma dessas formas de organização, as autoras concluíram que as crianças que conviviam com os pais biológicos apresentaram maior prontidão para a alfabetização que as demais crianças, se sobressaindo ainda em todos os outros testes de avaliação cognitiva realizados.

De acordo com as autoras,

[...] considerando as peculiaridades da dinâmica de relações em famílias recasadas e com ausência de um dos genitores, não é de se estranhar que as crianças tenham apresentado escores baixos em rendimento intelectual e prontidão para alfabetização (DESSEN; SZELBRACIKOWSKI, 2004, p. 177).

Desse modo, as autoras concluem que famílias formadas por ambos os genitores apresentam melhor funcionamento, pois o casal pode compartilhar as tarefas domésticas. Além disso, famílias formadas por ambos os genitores utilizam predominantemente o diálogo como recurso para educar seus filhos, enquanto famílias recasadas utilizam a punição física e as famílias formadas por apenas um dos genitores fazem uso da punição verbal.

No entanto, vale ressaltar que os resultados obtidos por essa pesquisa não devem ser interpretados como verdade absoluta, mas sim como uma contribuição das autoras, que apresentaram a partir das entrevistas e métodos de avaliação utilizados, possíveis causas para o comportamento exteriorizado das crianças dentro da dinâmica familiar.

Em outra pesquisa realizada por Alves et al (2013), foi investigada a influência da dinâmica familiar no desempenho dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Para isso, foram levados em consideração o nível socioeconômico da família, o tipo de escola

frequentada pela criança, conhecimento dos pais acerca do sistema de ensino, posse de bens culturais como livros, jornais, computador, etc., práticas de escrita no cotidiano familiar, organização racional do ambiente familiar, práticas familiares de leitura, ambição escolar das famílias e, por fim, a interação entre pais e filhos.

Ao final da pesquisa, os autores concluíram que, apesar de todos os demais aspectos terem sua influência no desenvolvimento cognitivo da criança, o fator que mais interfere nesse processo é o tipo de escola frequentada por elas, sendo que os alunos matriculados em escolas particulares, mesmo na presença de outros fatores negativos, apresentaram um desempenho muito superior aos demais.

Assim, considerando o modo com o qual a escola e a família exercem funções primordiais no desenvolvimento cognitivo da criança, faz-se necessário compreender também a importância de uma boa relação entre ambas as instâncias, de modo que, juntas, elas consigam proporcionar um desenvolvimento de qualidade.

### **3 A importância da relação família-escola**

A escola e a família são duas instituições fundamentais para o processo de desenvolvimento do ser humano, cada qual com suas características, peculiaridades e funções que, apesar de serem distintas, têm o objetivo comum que é o de promover a educação e a socialização da criança. Desse modo, elas são responsáveis tanto pelo desenvolvimento físico quanto cognitivo e social das crianças.

A esse respeito, Dessen e Polonia (2007) apresentam alguns dos papéis a serem desempenhados por essas instituições. Segundo as autoras,

[...] na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo de ensino-aprendizagem. Já na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22)

Apesar de tanto a escola quanto a família serem indispensáveis para o processo de formação, elas influenciarão esse processo de maneiras distintas e complementares. No ambiente familiar, os laços afetivos entre pais e filhos podem desencadear o desenvolvimento saudável das crianças e, conforme Dessen e Polonia (2007), o apoio dos pais no decorrer desse processo é fundamental para que ele se dê de forma saudável.



Assim, a escola, enquanto instituição social, deve ser organizada de modo a promover a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos, transmitindo conhecimentos socialmente produzidos, oferecendo ainda, segundo as autoras, condições de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a criatividade, a memória, a associação de ideias, entre outras.

Dessen e Polonia (2007) ressaltam ainda que a família e a escola podem tanto propulsionar quanto inibir o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Assim deve-se evitar o conflito entre essas instituições e promover espaços de participação e interação entre elas, como as instâncias colegiadas, por exemplo, estabelecendo uma relação mais próxima entre os pais e os profissionais da educação, de modo que elas se auxiliem e juntas consigam proporcionar às crianças um desenvolvimento saudável.

No entanto, a importância da relação entre família e escola nem sempre foi reconhecida, uma vez que, de acordo com Nogueira (1998), no início do século XIX os pais não frequentavam as escolas de seus filhos. Foi somente a partir da década de 1960 que as interações entre eles ganharam importância.

Segundo Gomes (1993, p. 85), na segunda metade da década de 1960 a relação família-escola era tida como um dos pilares para o desenvolvimento do trabalho educativo e, “talvez pela primeira vez na história da Educação nacional, os pais sentiam-se fortes: contribuía e exigiam”.

A autora alerta para o fato de que, hoje em dia, a relação entre essas instituições se dá apenas nas reuniões, que acontecem de uma a duas vezes por semestre, para discussões acerca do desempenho e comportamento escolar, e nos eventos comemorativos, organizados com o intuito de arrecadar fundos. Além disso, os pais se mantêm afastados do cotidiano escolar.

Porém, tal situação não é generalizada, podendo as relações entre a família e a escola variar de acordo com o contexto social no qual estão inseridas, como de bairro para bairro, classe para classe e até mesmo de um gestor para outro (GOMES, 1993).

Segundo Caetano (2004), é essencial que a família e a escola construam uma relação de parceria, com respeito mútuo, tornando paralelos os papéis de pais e professores. Isso significa que não somente a escola deve esperar que a família contribua com o processo de aprendizagem escolar das crianças, como também deve empenhar-se em conhecer a realidade familiar, ou seja, o contexto social no qual as famílias estão inseridas, de modo a respeitá-las, compreendê-las, repensando sua forma de intervenção escolar.

Para a autora, um dos possíveis fatores que estariam prejudicando a relação família-escola seria o fato de a escola atribuir o fracasso escolar do aluno exclusivamente ao contexto

familiar, como se as dificuldades enfrentadas nas relações familiares fossem o único motivo das dificuldades acadêmicas enfrentadas pelas crianças.

Outro fator seria a falta de interesse dos pais em participar das atividades escolares dos filhos, não comparecendo nas escolas nem se inteirando do processo de aprendizagem pelo qual seus filhos estão passando.

Por outro lado, de acordo com Caetano (2004), apesar de alegarem o contrário, o interesse da maior parte dos educadores na participação dos pais está limitado às situações fora da escola, como no auxílio nas tarefas de casa, oferecendo aos pais possibilidades de participação restritivas, de modo que eles não venham a participar efetivamente da gestão escolar e de processos como a avaliação de professores, definição de calendários e currículo escolares.

Contribuindo com a compreensão de como tem se dado a relação família-escola na atualidade, Patias, Abaid e Gabriel (2011) relatam, com base em um diário de campo de estágio, o que foi observado por elas em uma escola pública de ensino fundamental.

De acordo com as autoras, a dificuldade de diálogo entre a escola e a família era evidente, havendo ainda uma desvalorização mútua entre as instituições que atribuíam o motivo do fracasso escolar das crianças uma a outra, ignorando o fato de que são “corresponsáveis pela aprendizagem dos alunos e pela relação que estabelecem uma com a outra” (PATIAS; ABAID; GABRIEL, 2011, p. 6).

Na amostra estudada, foi possível constatar que os pais pouco participavam da vida escolar de seus filhos, comparecendo na escola apenas quando estritamente necessário, quando convocados para reuniões, não havendo espaço de interação entre a família e a escola e, quando tentaram promover esse momento, por meio de uma oficina de arte realizada pelos alunos, os pais não compareceram, pois estavam acostumados a ir à escola apenas quando surgia algum problema.

Visando promover a participação dos pais no desenvolvimento acadêmico de seus filhos, Carvalho (2004) relata que, no que se refere às políticas públicas, diversas medidas foram adotadas, como a implantação de Diretrizes oficiais, na década de 1990, que prescrevia o dever de casa como estratégia para melhorar o desempenho escolar das crianças, sugerindo ainda que o tempo de televisão deveria ser limitado, devendo os pais estimular a leitura e acompanhar a tarefa de casa.

Além disso, a autora ressalta que o MEC, em 2002, instituiu o Dia Nacional da Família na escola, publicando ainda a cartilha *Educar é uma tarefa de todos nós. Um guia para a família participar no dia-a-dia da educação de nossas crianças*, incentivando e

orientando as famílias a participarem mais ativamente na vida escolar de seus filhos.

Porém, a autora adverte que, apesar de ser importante a participação dos pais, bem como seu auxílio na realização do dever de casa, essa atividade requer tempo e conhecimento pedagógico, para que possam conduzi-la de forma adequada, vindo a se tornar uma segunda jornada de trabalho para eles.

Nesta perspectiva, Caetano e Yaegashi (2012) destacam as dificuldades enfrentadas pelos pais na educação de seus filhos em virtude das transformações do mundo atual. Essas transformações têm acarretado insegurança aos pais, que não sabem como agir em determinadas situações, enfrentando dificuldades para intervir de maneira adequada em relação à educação dos seus filhos.

De acordo com as autoras, enquanto educadores, devemos ter claro que, nosso maior desafio é

[...] reconhecermos que realmente a família não está de todo preparada para a educação dos seus filhos, mas também reconhecermos que a escola não pode depender da família para realizar seu trabalho, afinal, nós é quem somos os especialistas em educação e não os pais (CAETANO; YAEGASHI, 2012, p. 65).

Assim, reconhecendo que a participação dos pais no processo de aprendizagem escolar dos filhos pode ser bastante positiva, constituindo um dos deveres dos profissionais da educação promover as condições necessárias para a construção de uma parceria com os pais, a escola não deve depender dessa participação para promover o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos.

Por fim, é notável a importância, tanto da escola quanto da família, para o desenvolvimento pleno das crianças e, apesar de perceptível que a formação de uma parceria entre essas instituições seja a melhor forma de promover esse desenvolvimento, uma não deve depender da outra para desempenhar suas funções, bem como não podem responsabilizar a outra pelas dificuldades enfrentadas no decorrer desse processo.

## Considerações finais

O objetivo do presente estudo foi ressaltar a importância da relação família-escola para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Por meio da literatura consultada, foi possível constatar que a família sofreu inúmeras transformações. Todavia, apesar de, em alguns casos, a configuração familiar interferir negativamente no desempenho escolar, não podemos atribuir essa dificuldade exclusivamente ao formato de família, pois o fracasso escolar também se faz presente nas famílias tidas como “estruturadas”, “tradicionais” ou “nucleares”.

Assim, a partir da constatação de que a configuração familiar não é fator determinante para o sucesso ou fracasso do desenvolvimento escolar das crianças é que se faz necessário o trabalho conjunto entre a escola e a família, de modo a identificar quais fatores possam estar interferindo negativamente nesse processo, buscando meios de intervir e evitar que as crianças e adolescentes fracassem no processo de aprendizagem.

Além disso, verificou-se também o papel da escola, enquanto instituição formal de educação, e sua importância em transmitir o conhecimento sistemático ou formal. Ou seja, a educação familiar e a educação escolar, apesar de ocorrer em momentos e ambientes distintos, são partes de um mesmo processo, com objetivos comuns.

A partir das leituras realizadas, foi possível compreender a importância de uma boa relação entre essas instituições de modo que, juntas, elas consigam promover condições favoráveis para o desenvolvimento das crianças, tendo a consciência de que, para que isso ocorra, é necessário que haja um respeito mútuo, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido por cada uma dessas instâncias.

Outra conclusão importante a ser ressaltada refere-se à responsabilidade que os profissionais da educação têm em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem das crianças que, mesmo tendo sido reconhecida a importância dos pais e da participação da família na vida escolar das crianças, o bom desempenho escolar dos alunos não podem depender da dinâmica familiar, devendo os professores e demais profissionais da instituição escolar, buscar meios de intervir positivamente, visando auxiliar aqueles alunos que estiverem enfrentando dificuldades.

Atendido o objetivo inicialmente proposto por esse artigo, a partir dele outros questionamentos surgiram, podendo vir a se tornar temas de novas pesquisas, como a formação profissional oferecida àqueles que pretendem atuar na área da educação que, muitas vezes, tem se apresentado deficiente. Poderia ser pesquisado também, meios de fortalecer o

vínculo entre a escola e família, além dos já conhecidos, oferecendo aos pais reais condições de acompanhar o desempenho escolar de seus filhos.

Outro tema relevante para pesquisa é a forma como a escola estabelece padrões a serem seguidos, como a família tradicional, conceitos de gênero e sexualidade, entre outros, que podem vir a gerar preconceitos, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, interferindo também nas relações intrafamiliares.

Por fim, quando o assunto é família, dinâmica familiar, escola, desenvolvimento e aprendizagem das crianças, há inúmeras outras questões e temáticas a serem pesquisadas e melhor compreendidas, contribuindo com a percepção da importância do papel desempenhado por essas instituições, bem como suas responsabilidades, e todos os atores envolvidos nesse processo.

## Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; NOGEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; RESENDE, Tânia de Freitas. **Revista Dados**, v. 56, n. 3, p. 571-603, 2013.

ANDRADE, Susanne Anjos; SANTOS, Darci Neves; BASTOS, Ana Cecília; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes; ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Mauricio L. Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 606-11, 2005.

BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 261-268, 2006.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Temas em Psicologia**, v. 5, n. 3, p. 33-49, 1997.

BRITO, Roberta Gama; SOARES, Sebastião Silva. Influência da Família na Aprendizagem Escolar da Criança: Ponto de Reflexão. **Revista Exitus**, v. 4, n. 1, p. 241-253, 2014.

CAETANO, Luciana Maria. Relação escola e família: uma proposta de parceria. **Dialógica**, v. 1, n. 1, p. 51-60, 2004.

CAETANO, Luciana Maria; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. A obediência e a relação escola e família. **Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 3, p. 57-66, 2012.

CAETANO, Luciana Maria; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. A relação escola e família: reflexões teóricas. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Relação escola e família: diálogos interdisciplinares para a formação da criança**. São Paulo: Paulinas, 2014. Cap. 1, p. 11-40.

CALDANA, Regina Helena Lima. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 87-103, 1998.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Escola como extensão da família ou família como extensão da escola?: O dever de casa e as relações família-escola**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. **Temas em Psicologia**, v. 5, n. 3, p. 51-61, 1997.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SZELBRACIKOWSKI, Adriane Corrêa. Crianças com problemas de comportamento exteriorizado e a dinâmica familiar. **Interação em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 171-180, 2004.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOMES, Jerusa Vieira. Relações família e escola-Continuidade/descontinuidade no processo educativo. **Série Idéias**, v. 16, p. 84-92, 1993.

LOUZADA, Ana Maria Gonçalves. Evolução do conceito de família. **Revista da Escola da Magistratura do Distrito Federal**, v. 23, p. 11-23, 2011.

MANTOVANINI, Maria Cristina. **Professores e alunos problema**: um círculo vicioso. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

MORAES, Cláudia; PEREIRA, Silva; SCHIMANSKI, Édina. A família homoparental: uma adaptação ou uma contraposição à norma?. In: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, 2012, Niterói, RJ.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia**, v. 8, n. 14/15, p. 91-103, 1998.

ORSI, Maria Julia Scicchitano. Família: reflexos da contemporaneidade na aprendizagem escolar. In: **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia**, v. 1, p. 68-74, 2003.

PATIAS, Naiana D.; ABAID, Josiane LW; GABRIEL, Marília R. Concepções de família na escola. **Psicopedagogia On Line**, s/v, 2011. Disponível em: [http://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1390#.VCQZ6PldUSM](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1390#.VCQZ6PldUSM). Acesso em 12/06/2014.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 209-216, 2005.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e transformações da família ao longo da história. In: **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia**, v. 1, p. 57-66, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Revista Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 5-16, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.